

AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

10/06 a 14/06

SENADO FEDERAL

Comissão de Assuntos Sociais

12.06 - Quarta-feira - 09h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 09

[PLS 142/2018](#) – Determina que no atendimento aos idosos, salvo nos casos de emergência médica justificada, será dada prioridade aos maiores de 80 anos sobre todos os demais, e aos maiores de 70 anos sobre os maiores de 60 anos.

O essencial:

- O projeto visa dar prioridade aos mais idosos sobre os demais alterando a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 (lei do atendimento prioritário), para favorecer os mais idosos no atendimento prioritário.

Autor: Senadora Simone Tebet (MDB/MS)

Situação: incluído na pauta do dia 12.06. O parecer é favorável na forma do substitutivo feito pelo relator Eduardo Girão (PODE/CE).

Próximos passos: se aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em Turno Suplementar. Se reprovado, será designado novo relator.

[PLS 244/2017](#) - Reserva vagas para mulheres em situação de violência doméstica

O essencial:

- O projeto tem como objetivo realizar a reserva de vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar ou em situação de vulnerabilidade social no quadro de empregados das empresas prestadoras de serviços a terceiros.

Saiba mais:

- A empresa com 100 ou mais empregados está obrigada a preencher no mínimo 5% de suas vagas com mulheres em situação de violência doméstica e familiar ou em situação de vulnerabilidade social, identificadas pela rede socioassistencial.

Autor: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

Situação: incluído na pauta do dia 12.06. O parecer do relator Luiz do Carmo (MDB/GO) é favorável.

Próximos passos: Em caso de aprovação do parecer o substitutivo segue para apreciação da Câmara. Caso for rejeitado, será designado novo relator ao projeto.

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

12.06 - Quarta-feira – 9h

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 06

Audiência Pública - Sobre: "A abolição da escravatura e as ações afirmativas".

Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Convidados:

- Ana Flávia Magalhães Pinto - Professora do Departamento de História da UnB e Coordenadora Nacional do GT Emancipações e Pós-Abolição-Anpuh;
- Danilo Serejo - Demarcações de terras Quilombolas;
- Douglas Belchior - Articulação do Movimento Negro no Congresso Nacional;
- Eliete Paraguassu - Coordenadora do Movimento Nacional de Pescadoras e Pescadores;
- Gabriel Sampaio - Advogado - Membro da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia e Professor de Direito do UniCEUB;
- Wânia Sant'Anna - Vice-Presidente do Conselho Curador do IBASE;
- Marcia Lima - Cotas Raciais e Políticas Afirmativas;
- Graça Costa - Secretária de Relações de Trabalho da CUT;

PLS 90/2015 – Altera o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Maria da Penha, para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade.

O essencial:

- O projeto visa alterar as Leis no 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), no 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e no 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em condições especiais de vulnerabilidade, como idosos, crianças e adolescentes, e mulheres em situação de violência doméstica. Estabelece providências de aplicação imediata pelo delegado de polícia.

Saiba Mais:

- No atual modelo, as leis especiais que amparam tais cidadãos estabelecem medidas de proteção dependentes de representação ou requerimento de algumas autoridades, postergando-se a aplicação das medidas de proteção, muitas vezes tardiamente ou quando as situações de risco já se consolidaram em graves danos;
- O presente projeto visa então estabelecer providencias de aplicação imediata pelo delegado, sem precisar de todos os mecanismos ditos acima.

Autor: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Situação: incluído na pauta da reunião do dia 12.06. O relator apresentou relatório favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Próximos passos: Caso seja aprovado o relatório, a matéria seguirá para a CCJ com caráter terminativo. Caso seja rejeitado, será designado um novo relator.

PL 1852/2019 – Altera a Consolidação das Leis do Trabalho e a lei de contratação de Deficientes nas Empresas, para permitir a suspensão, a critério da trabalhadora, da licença-maternidade e do pagamento do salário-maternidade quando o recém-nascido permanecer em internação hospitalar.

O essencial:

- O projeto visa alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991 para permitir a suspensão da licença maternidade e do salário-maternidade, se a trabalhadora quiser, se o recém-nascido estiver internado.

Autor: Deputada Renata Abreu (PODE/SP)

Situação: Incluído na pauta da reunião do dia 12.06. O parecer é favorável ao projeto.

Próximos passos: Caso seja aprovado o parecer, a matéria seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais. Caso seja rejeitado, será designado um novo relator.

PLC 26/2017 -Determina que a mulher vítima de violência doméstica e familiar terá prioridade na realização de exames periciais.

O essencial:

- O projeto de Lei acrescenta dispositivo à Lei Maria da Penha, para dar prioridade às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na realização de exames periciais.

Autor: Deputado Laudívio Carvalho (PODE/MG).

Situação: Incluído na pauta da reunião do dia 12.06. Foi apresentado um parecer favorável ao projeto

Próximos passos: Caso seja aprovado o parecer, o projeto segue para a Comissão de Constituição e Justiça. Caso seja rejeitado, será designado novo relator.

PL 1224/2019 – Estabelece prioridade no acesso a órteses, próteses e tecnologias assistivas para a pessoa com deficiência em idade escolar.

O essencial:

- O projeto visa alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), para determinar que a pessoa com deficiência em idade escolar, notadamente na primeira infância, tenha prioridade no acesso a órteses, próteses e tecnologias assistivas.

Autor: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Situação: incluído na pauta da reunião do dia 12.06. Foi apresentado um parecer favorável ao projeto.

Próximos passos: Caso seja aprovado o parecer, a matéria seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais com caráter terminativo. Caso seja rejeitado, será designado um novo relator.

PL 1227/2019 – Isenta do imposto de renda os rendimentos percebidos por pessoa portadora de doença grave ou que tenha dependente portador de doença grave.

O essencial:

- O projeto visa alterar a Legislação sobre o Imposto de Renda (Lei n.º 7.713, de 22 de dezembro de 1988), para isentar do imposto de renda os rendimentos percebidos portadores de doença grave ou pessoas que tenha dependente portador de doença grave.

Autor: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Situação: incluído na pauta da reunião do dia 12.06. Foi apresentado um parecer favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Próximos passos: Caso seja aprovado o parecer, a matéria seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos com caráter terminativo. Caso seja rejeitado, será designado um novo relator.

PLS 124/2017 – Altera o Estatuto da Pessoa com Deficiência para garantir a reserva de duas vagas gratuitas, destinadas a pessoas com deficiência, no transporte coletivo interestadual de qualquer modalidade.

O essencial:

- O projeto visa alterar o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), para garantir às pessoas com deficiência a reserva de duas vagas gratuitas no transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo.

Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Situação: incluído na pauta da reunião do dia 12.06. O parecer é pela aprovação, com uma emenda.

Próximos passos: Caso seja aprovado o relatório, a matéria será aprovada. Caso seja rejeitado, será designado um novo relator.

Comissão de Educação, Cultura e Esporte

11.06 - Terça-feira – 11h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

[PL 1255/2018](#) – Altera a Lei de Cotas nas Universidades.

O essencial:

- O Projeto de Lei altera a Lei de Cotas nas Universidades, para reservar aos estudantes de baixa renda 50% das vagas remanescentes dos processos seletivos ou ociosas por desligamento ou desvinculação de estudantes, junto a realização de processo seletivo específico pela respectiva instituição federal de educação superior.

Autor: Senador Styvenson Valentim (PODE/RN)

Situação: O projeto recebeu parecer favorável do relator Confúcio Moura (MDB/RO).

Próximos passos: Em caso de aprovação do projeto, será encaminhado à Câmara dos Deputados para dar continuidade a tramitação na Casa. Caso não for aprovado, será designado novo relator ao projeto.

[PL 598/2019](#) – Altera lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional,

para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica.

O essencial:

- O Projeto de Lei acrescenta dispositivo para a inclusão de conteúdo sobre a prevenção da violência de todas as formas (contra a mulher, a criança e ao adolescente) nos currículos da educação básica, com o objetivo de trabalhar o tema em uma abordagem transversal, que incentive o interesse de professores e alunos sobre o tema.

Saiba mais:

- Será elaborado e distribuído material didático adequado a cada nível de ensino (fundamental e médio) para possibilitar a discussão da temática.

Autor: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Situação: incluído na pauta da reunião do dia 13.06. O projeto recebeu parecer favorável da relatora Danielle Ribeiro (PP/PB).

Próximos passos: Em caso de aprovação do projeto, será encaminhado à Câmara dos Deputados para dar continuidade a tramitação na Casa. Caso não for aprovado, será designado novo relator ao projeto.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário

12.06 – Terça-feira – 14h

Local: Plenário da Câmara dos Deputados

PL 6969/2013 – Institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar) e dá outras providências.

O essencial:

- O Projeto de Lei estabelece princípios, diretrizes e instrumentos da PNCMar; define competências institucionais; trata da conservação e do uso sustentável dos recursos pesqueiros; possibilita medidas excepcionais aos planos de manejo dos espaços marinhos especialmente protegidos; e traz disposições transitórias.

Autor: Deputado Sarney Filho (PV/MA)

Situação: incluído na Ordem do Dia em 12.06. Ainda não foi apresentado parecer pelo relator Deputado Túlio Gadêlha (PDT/PE) na CCJC.

Próximos passos: se o projeto for aprovado, o projeto segue para a apreciação no Senado Federal. Caso seja rejeitado, o projeto é arquivado.

PL 550/2019 – Institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar) e dá outras providências.

O essencial:

- Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010 (Lei de Segurança de Barragens), para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB);
- Altera Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Lei das Águas), para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB;
- Altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para instituir o pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) em caso de suspensão da produção devido a acidente ou rompimento de barragem;
- Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para classificar como hediondo o crime de poluição ambiental com resultado morte; a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para tipificar o crime de poluição com resultado morte e determinar que, em situação de acidente, a multa por infração ambiental seja revertida à região afetada;
- Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989 (Lei do Fundo Nacional do Meio Ambiente), para incluir, entre as aplicações financeiras prioritárias, a recuperação de áreas degradadas por acidentes ou desastres ambientais;
- Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 (Lei da Defesa Civil), para determinar ao Sinpdec a manutenção de canal de comunicação para o recebimento de denúncias e informações relacionadas à segurança de barragens.

Autor: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Situação: incluído na Ordem do Dia em 12.06. Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa e aguardando Deliberação no Plenário.

Próximos passos: se o projeto for aprovado, o projeto segue para a apreciação no Senado Federal. Caso seja rejeitado, o projeto é arquivado.

PL 18/2019 – Estabelece princípios e regras específicos para barragens destinadas à acumulação ou à disposição final ou temporária de rejeitos e resíduos industriais ou de mineração e a barragens de água ou líquidos associados a processos industriais ou de mineração, independentemente do porte e do potencial poluidor, em caráter complementar à Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB)

O essencial:

- Dispõe sobre barragens destinadas à acumulação ou à disposição final ou temporária de rejeitos e resíduos industriais ou de mineração e a barragens de água ou líquidos associados a processos industriais ou de mineração, independentemente do porte e do potencial poluidor.

Autor: Deputado Alessandro Molon (PSB/RJ)

Situação: Pendente de parecer das Comissões de: Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Minas e Energia; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Próximos passos: se o projeto for aprovado, o projeto segue para a apreciação no Senado Federal. Caso seja rejeitado, o projeto é arquivado.

PL 2787/2019 – Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para tipificar o crime de ecocídio e a conduta delitiva do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem, e dá outras providências.

O essencial:

- Tipifica o crime de ecocídio e a conduta delitiva do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem.
- Cria um tipo penal específico para aquele que der causa a rompimento de barragem pela inobservância das normas técnicas aplicáveis ou das determinações da autoridade licenciadora e da entidade fiscalizadora da segurança de barragem, com modalidades dolosa e culposa. Também cria tipos qualificados, ponderando os efeitos desse crime.

Autor: Deputado Zé Silva (SOLIDARI/MG) e outros

Situação: incluído na Ordem do Dia do dia 12.06. Aguardando Designação de Relator na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS); na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e deliberação no Plenário.

Próximos passos: se o projeto for aprovado, o projeto segue para a apreciação no Senado Federal. Caso seja rejeitado, o projeto é arquivado.

PL 2790/2019 – Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 (Estatuto de Proteção e Defesa Civil), para incluir a prevenção a desastres induzidos por ação humana.

O essencial:

- Visa alterar a citada lei para, entre outras questões, incluir capítulo específico de normas dedicadas à gestão de desastres induzidos por ação humana. Essas normas incluem a realização de ações preventivas antes do início da operação dos empreendimentos; o reforço às atividades de preparação das comunidades; o detalhamento do plano de contingência e documentos correlatos e das ações de resposta e recuperação a serem necessariamente implantadas; o monitoramento contínuo dos fatores de risco; a realização periódica de exercícios simulados; a emissão de alerta antecipado; o cadastramento da população potencialmente atingida; e a remoção de escolas e hospitais da área de maior risco de desastre.
- Visa reforçar o planejamento das ações de proteção e defesa civil antes do início da operação do empreendimento. Por isso, condiciona a emissão da Licença Ambiental de Operação à elaboração do plano de contingência

Autor: Deputado Zé Silva (SOLIDARI/MG) e outros

Situação: Aguardando Designação de Relator na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS); na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA e deliberação no Plenário.

Próximos passos: se o projeto for aprovado, o projeto segue para a apreciação no Senado Federal. Caso seja rejeitado, o projeto é arquivado.

Comissão de Educação

11.06 – Terça-feira – 10h

Local: Anexo II, Plenário nº 10

Audiência Pública – Debater sobre “Os Professores e a Reforma da Previdência” .

Autor: Deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG)

Convidados:

- Representante do Ministério da Economia;

- Representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- Heleno Araújo Filho, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE);
- Dr. Sérgio Antonio Martins Carneiro, perito médico federal com especialização em Medicina do Trabalho; Prof. DR. Wanderley Codo, doutor em Psicologia Social, pesquisador colaborador da Universidade de Brasília - Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho.

Comissão de Legislação Participativa

11.06 – Terça-feira – 10h

Local: Anexo II, Plenário nº 03

Audiência Pública – Debater sobre “Reforma da Previdência nas Carreiras Socioeducativas” .

Autor: Deputada Erika Kokay (PT-DF)

Convidados:

- Maria Lucia Fattorelli - Auditoria Cidadã da Dívida;
- Lúcia Lopes - Professora da UnB;
- Clayton Avelar - Presidente do Sindsasc - Coordenador do Fórum Distrital contra a Reforma da Previdência Social e em Defesa da Aposentadoria;
- Renata Tavares - Especialista Socioeducativa - Representante da Associação dos (as) Especialistas do Sistema Socioeducativo;
- Alexandre Rodrigues - Presidente do SindSSE - Sindicato das Carreiras Socioeducativas.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

11.06 – Terça-Feira – 14h

Local: Anexo II, Plenário 16

Audiência Pública – Audiência Pública Conjunta das Comissões CDHM, CIDOSO e CINDRA, sobre a Reforma da Previdência.

Autor: Deputado Denis Bezerra (PSB/CE)

Convidados:

- Representante do Conselho de Seringueiros;
- Maria Luiza Dias, Presidente da Rede das Parteiros Tradicionais do estado do Amapá;
- Florivaldo Mota Rocha, Presidente da Colônia dos Pescadores do Bailique;

- Estefânia Cabral, Representante dos Quilombolas;
- Maria Ednalva Ribeiro da Silva, Representante do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco;
- Joaquim Corrêa de Souza Belo, Presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas;
- Rogério Marinho, Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

12.06 - Quarta-feira - 14h

Local: Anexo II, Plenário 13

PL 1688/2019 – Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para que as instituições de ensino criem meios para o registro de descumprimento da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

O essencial:

- O Projeto Busca Amparar Portadores do Transtorno do Espectro Autista e seus entes do convívio próximo (Escola e Família) de meios de ação mais eficazes a fim de promover o fim das múltiplas formas de discriminação referentes a casos como tal.

Autor: Célio Studart - (PV/CE)

Situação: incluído na pauta do dia 12.06. O parecer é pela aprovação na forma do substitutivo. O projeto também pode ser incluído na pauta do Plenário a qualquer momento.

Próximos passos: Caso seja aprovado, segue para a Comissão de Educação. Caso seja rejeitado, será designado novo relator.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

12.06 – Quarta-Feira – 14h

Local: Anexo II, Plenário 08

PDC 1100/2018 – Aprova o texto da Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, adotado em Kigali, Ruanda, em 15 de outubro de 2016.

Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Situação: incluído na pauta do dia 12.06. O parecer é pela aprovação.

Próximos passos: Caso o parecer seja aprovado, segue para deliberação em Plenário. Caso seja rejeitado, será designado novo relator.

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

12.06 - Quarta-feira - 14h

Local: Anexo II, Plenário 09

Audiência Pública – Debate sobre “contaminação da água potável por agrotóxico no Brasil”

Convidados:

- Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias - Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- William Dib - Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- Murilo Mendonça Oliveira de Souza - Representante da Associação Brasileira de Agroecologia;
- Natália Viana e Ana Aranha - Coordenadoras do Por trás do Alimento - Agência Pública e Repórter Brasil;
- Joel Krüger - Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia;
- Ronaldo Curado Fleury - Procurador-Geral do Trabalho Ministério Público do Trabalho;

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

12.06 – Quarta-Feira - 14h30

Local: Anexo II, Plenário 15

Audiência Pública – Debate para discutir e avaliar os impactos da proposta de reforma da Previdência na vida das mulheres.

Autor: Deputada Luizianne Lins (PT/CE), subscrito pelas Deputadas Alice Portugal (PCdoB/BA), Elcione Barbalho (MDB/PA) e Tereza Nelma (PSDB/AL)

Convidados:

- Representante do Ministério da Economia;
- Joana Mostafa, Economista e Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Luana Simões Pinheiro, Pesquisadora da Coordenação de Gênero, Raça e Gerações do IPEA;

- Roseli Faria, Diretora Executiva da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento – ASSECOR.